

PROMOVER A CURIOSIDADE INTRODUZINDO PORTUGAL À TEORIA CRÍTICA

Bruno Rocha

Em 2019, estudiosos das Relações Internacionais (RI) celebraram o centenário da criação da primeira cátedra em Política Internacional na Universidade de Aberystwyth. Desde esta relativa autonomização face à Ciência Política, as RI têm vindo a experienciar diferentes debates, diversas viragens e a emergência de novas escolas de reflexão que contestam as suas bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Todavia, o envolvimento nestas discussões tem sido geograficamente desigual. Existem espaços epistémicos, como as academias canadiana ou brasileira, que estão engajados na produção deste pluralismo teórico, e outros espaços que permanecem distanciados da discussão, como o caso da academia portuguesa, cuja participação nesta produção é rara, vingando, ao invés, uma geral adesão dóxica às abordagens ditas *mainstream* das RI. Neste sentido, a obra *Emancipar o Mundo: Teoria Crítica e Relações Internacionais* é um passo necessário, que tarda, para o maior envolvimento da academia portuguesa na construção do pluralismo em RI.

Na Introdução, José Manuel Pureza e Marcos Farias Ferreira explicam que o objetivo do estudo é «da[r] voz a uma leitura do mundo inconformada com as relações de poder que o habitam e com a teoria que

as legitima» (p. 22). Propõem, por isso, um terreno comum para as abordagens críticas e que pode ser usado como referente de crítica: os trabalhos da Escola de Frankfurt, o eixo Cox-Linklater, o nexo distribuição-reconhecimento, a ideia da possibilidade imanente de mudança social e resistência, e o fim de revelar estruturas de dominação, exclusão, privilégio e discriminação na ordem mundial.

No capítulo 1, André Saramago recupera as noções de «orientação» e «cosmopolitismo», sugerindo que a crescente inter-

JOSÉ MANUEL PUREZA
E MARCOS FARIAS
FERREIRA (ORGS.)

**Emancipar
o Mundo: Teoria
Crítica e Relações
Internacionais**

Coimbra, Almedina
2021, 258 páginas
ISBN: 9789724095851



dependência global impõe a necessidade de desenvolver entendimentos mais cosmopolitas que apreciem a «totalidade das condições humanas globais» (pp. 25-26). Saramago propõe-se discutir os limites da Teoria Crítica internacional através do contributo de um dos seus fundadores, para avançar uma forma de articular a denúncia de formas historicamente constituídas de dominação e a projeção de uma consciência coletiva mais democrática e norteadas pelo princípio da dignidade humana. Saramago sugere, então, uma abordagem sociológica-histórica, na esteira da «sociologia processual» de Norbert Elias, que, indo além da orientação filosófica-utópica da Escola de Frankfurt, avança uma Teoria Crítica internacional apoiada na realidade empírica das mudanças históricas e torna inteligíveis as lutas sociais na presente ordem mundial.

No capítulo 2, João Nunes examina uma dimensão crucial da segurança internacional: a saúde global. Entendendo o poder como dominação e a dominação como lente crítica, Nunes investiga a «reprodução sistemática da invisibilidade» nas narrativas biomédicas-neoliberais dominantes em matéria de governação nacional e global da saúde (p. 52). A crítica da saúde global, para Nunes, ao revelar dinâmicas de exclusão e opressão, poderá oferecer maior visibilidade a grupos (e regiões) cujas experiências quotidianas, corporais e situadas, de doença e saúde permanecem negligenciadas. Aliás, é através de uma «economia política internacional do quotidiano» que, para Nunes, é possível investigar os impactos concretos das dinâmicas e estruturas de poder globais, como o

capitalismo, nas relações sociais concretas, e aferir as possibilidades imanentes de transformação emancipatória.

O capítulo 3, redigido por Sarah da Mota, compara os imaginários de (in)segurança que atravessam o sistema internacional de segurança, desde o final da Guerra Fria, e analisa os seus efeitos no uso da força militar. Explorando o eixo Cox-Linklater para elaborar os conceitos de «individualização da segurança» e «desumanização da segurança», da Mota demonstra como, quer no período das intervenções da NATO nos Balcãs para o primeiro, quer no período do pós-11/09 para o segundo, estes padrões, ao invés de realizarem o potencial emancipatório dos dois períodos, partiam de uma biopolítica particularista e exclusivista e reproduziam a hegemonia militar dos principais atores securitários. Assim, ao flexibilizarem as condições para a ação militar, estes padrões acabaram por incentivar ora guerras em nome do indivíduo (pp. 78-79), ora práticas de segurança que, ao capearem o elemento humano, desprezam os interesses de segurança dos vulneráveis (p. 83).

No capítulo 4, João Terrenas propõe recuperar o «potencial emancipatório» dos Estudos Críticos de Segurança através de práticas metodológicas que exigem compromissos mais reflexivos e coletivos por parte de quem investiga, como a autoetnografia e a etnografia colaborativa (p. 93). Para Terrenas, a crítica apoiada em práticas colaborativas oferece-se a «pessoas reais em lugares reais» (p. 95), porquanto parte da experiência quotidiana de (in)segurança de grupos vulneráveis para desafiar narrativas hegemónicas e relações de poder.

A «viragem etnográfica» aproxima – afetiva e analiticamente – quem investiga de quem está exposto às experiências de insegurança, por um lado, e a modos alternativos «de ser e de estar», por outro (p. 95). Quem investiga a partir de uma abordagem crítica, segundo Terrenas, tem a responsabilidade ética de contribuir para a mitigação da insegurança de quem se estuda e escreve, seja tornando os grupos marginalizados provedores (não meramente receptores) da sua própria segurança, seja tornando-os participantes ativos na produção e na comunicação do conhecimento que informa as suas práticas de segurança. No capítulo 5, João Rodrigues investiga, a partir de uma análise da história da economia política internacional, a emergência de consensos e de dissensos em matéria de política económica desde os anos 1970. Rodrigues destaca, primeiramente, o projeto político, anti-imperialista e anticolonial da nova ordem económica internacional (NOEI), cujo falhanço, enquanto consenso e estrutura contra-hegemónicas ao «liberalismo incrustado» do pós-Segunda Guerra Mundial, terminou na estabilização do Consenso de Washington (1989). O último, segundo Rodrigues, estabelece-se como consenso do pós-Guerra Fria, sendo sustido por uma estrutura hegemónica que coloca os Estados Unidos, as organizações por si dominadas (e. g., FMI) e os seus principais parceiros económicos em Londres e Bruxelas no centro da economia internacional (p. 125). Aliás, é esta partilha transatlântica dos encargos de manutenção da estrutura que, no contexto europeu dos anos 1990, leva Rodrigues à recção de uma declinação

do consenso inicial: o Consenso Bruxelas-Frankfurt, promovido pela Comissão Europeia de Jacques Delors, sustentado por uma hegemonia regional alemã, patente na *troika* BCE, Comissão Europeia e FMI. Por fim, Rodrigues analisa, sinteticamente, a germinação de um Consenso de Pequim, um movimento contra-hegemónico comandado pela República Popular da China depois da crise iniciada em 2007-2008, defendendo, todavia, que é ainda prematuro declarar a sua emergência ou afirmar a crise da estrutura hegemónica norte-americana (p. 141).

No capítulo 6, partindo da desmistificação da ideia de que o Antropoceno é uma escolha da maioria da população mundial, João Camargo avança uma crítica da incapacidade de se edificarem narrativas capazes de animar o esforço coletivo a favor da justiça climática e contra as alterações climáticas (p. 148). Nesse sentido, Camargo propõe a construção de uma metanarrativa, uma «Grande História», que conteste, por um lado, as narrativas dominantes do positivismo tecnológico e a impotência da espécie humana face ao avanço das alterações climáticas, e, por outro, as alternativas do «Behemoth climático». Segundo Camargo, as alterações climáticas e a justiça climática global podem compor essa metanarrativa alternativa – de cariz ecossocialista, guiada por princípios como o planeamento democrático da produção, a justa distribuição dos recursos e o multilateralismo –, com fundações empíricas objetivas, do Rio (1992) ao Relatório do IPCC (2007) (pp. 150, 151, 167).

No capítulo 7, Bruno Góis propõe as bases para uma «política internacional dos 99%»

de inspiração marxista (p. 171). Recuperando as premissas base do marxismo e partindo do espaço aberto pela economia política de lente marxista, Góis sugere que o materialismo histórico poderá ser a pedra de toque de tal proposta, se entendido como uma ontologia crítica que reconhece um conjunto mais alargado de unidades ontológicas, das classes aos géneros, sem, todavia, negar a relativa autonomia do Estado (p. 176). Não obstante, e como a análise dos movimentos antiausteridade ilustra, a ontologia crítica proposta – que aporta uma referência clara ao realismo crítico e à tríade conceptual de Cox – não deixa de lado a crítica ao pressuposto da natureza monolítica do Estado (p. 177).

No capítulo 8, Sofia José Santos desenvolve uma crítica da internet e da *web* a partir dos Estudos Críticos da Internet (p. 187). Santos desafia a democraticidade e horizontalidade da internet, caracterizando-a, ao invés, como um espaço de poder e de contrapoder nas relações internacionais, no qual os mundos *offline* e *online* se interpenetram. Observando a expansão da *big data*, Santos ilustra como as relações de poder *offline* (e. g., controlo sobre a produção de algoritmos) são, por um lado, constitutivas da distribuição de poder *online* que define o «lugar de enunciação» de cada ator, e, por outro, se materializam e reproduzem através de práticas *online* que aprofundam a nebulosidade da rede (p. 192). Ademais, e partindo da análise das narrativas e contranarrativas de (in)segurança sobre migrantes e refugiados veiculadas por média europeus, Santos mostra como a internet pode, simultanea-

mente, realizar o seu potencial emancipador se promover a visibilidade de concepções de segurança mais democráticas e inclusivas e se facilitar a conversão de micronarrativas de (in)segurança de subjetividades subalternas em macronarrativas (p. 200); ou operar como um mecanismo de dominação através de algoritmos que tendem a destacar concepções de segurança que reproduzem hierarquias raciais, de género, ou epistémicas, que vedam o lugar de enunciação às subjetividades subalternas (pp. 202-203).

No capítulo 9, Sílvia Roque e Rita Santos investigam os pontos de diálogo entre a Teoria Crítica e as abordagens feministas, seja explorando a dimensão crítica das últimas, seja questionando se a primeira deve ser feminista (e pós-colonial) (p. 231). Segundo Roque e Santos, pese embora a partilha de pressupostos (e. g., crítica ao positivismo), a primeira tende a desvalorizar o processo de «masculinização teórica» que silencia as hierarquias de género/sexo na política internacional e nas RI (p. 215). Assim, Roque e Santos pensam a «feminização da teoria crítica», a reformulação da última no sentido de a tornar atenta às estruturas de desigualdade de género/sexo e às relações sexuais/genderizadas que atravessam o quotidiano, porquanto o patriarcado é indissociável de outras estruturas hegemónicas de dominação, tais como o neoliberalismo ou o colonialismo, com as quais mantém relações de reforço mútuo (pp. 221, 227).

Por fim, e à semelhança do capítulo anterior, o capítulo 10, escrito por Marta Fernández, desenvolve o diálogo entre a Teoria Crítica e as abordagens pós-coloniais e

decoloniais. Ao propor a descolonização da Teoria Crítica europeia através da ideia de «colonialidade do poder e do saber» (pp. 237-238, 250), Fernández demonstra as origens violentas e extraeuropeias da Modernidade e a interdependência ontológica do mundo europeu *vis-à-vis* os mundos não europeus. Fernández propõe o reconhecimento, por parte da Teoria Crítica europeia, dos corpos e das temporalidades subalternizadas, e da experiência do genocídio colonial, que se interliga com a experiência do Holocausto, sem pôr em causa a singularidade de ambas (pp. 241-242). Ao provincializar a experiência e agência ocidentais, Fernández defende que é possível visualizar a expressão subalterna de atos subtis e quotidianos de resistência que pouco têm que ver com os discursos e práticas contra-hegemónicas antecipadas pelo modelo eurocêntrico e racialmente omisso da Escola de Frankfurt (p. 250). Só a abertura aos discursos e práticas oprimidos pelo poder colonial permitirá, para Fernández, o diálogo com «outras temporalidades e mundos múltiplos» (p. 253) que subjaz às novas aspirações críticas de transformação emancipatória.

Em suma, não é por demais reconhecer a pertinência desta obra coletiva para o estudo das RI em Portugal. Porém, é uma introdução que tarda às abordagens críticas e às suas várias declinações feministas, pós-coloniais, decoloniais ou neomarxistas. Estas não são recentes nas RI, mas os seus ecos têm sido limitados em Portugal: a este respeito, é de destacar o contributo dos Estudos para a Paz – e que, porven-

tura, mereceria um capítulo na obra. Do mesmo modo, uma vez que são expostos os elementos dialógico e plural da crítica, teria sido pertinente, no início de cada capítulo, a elaboração de uma autoanálise por parte de quem o escreve. Desde logo, tal elaboração permitiria resgatar a dimensão pessoal inscrita em cada capítulo e atestar a extensão da estruturação promovida pela passagem por instituições de ensino, como a Universidade de Aberystwyth ou o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cujos *ethos* pre-dispõem quem pesquisa para a elaboração de análises das relações internacionais a partir de abordagens críticas. Assim, o responder à pergunta «de onde se escreve?» apenas enriqueceria o propósito, já muito bem conseguido, do livro: a identificação pluriangular, por parte de um grupo composto por pessoas com diferentes experiências e trajetórias – que, em certos casos, se entrecruzam –, da interconetividade intrínseca das diversas estruturas de dominação que enquadram as relações internacionais e as RI; e, na sequência desta identificação, a reconhecimento da potencialidade imanente de transformação emancipatória, materializada pelas múltiplas resistências à força totalizante dessas relações de poder. No fim, quiçá, o contributo mais relevante da obra será, na esteira do «trabalho de tradução» proposto por Boaventura de Sousa Santos¹, o de avançar a «inteligibilidade recíproca» entre as distintas abordagens críticas que partilham o projeto polissémico da emancipação. **RI**

Bruno Rocha Investigador do IPRI-NOVA e doutorando em Relações Internacionais na NOVA FCSH com uma bolsa de doutoramento FCT (UI/BD/151056/2021). O seu doutoramento centra-se no estudo da dimensão multilateral da diplomacia e política externa portuguesas no período

democrático. É assistente convidado no Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | brunorocha@fcs.unl.pt

NOTAS

¹ SANTOS, Boaventura Sousa – «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 63, 2002, pp. 237-280.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Boaventura Sousa – «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 63, 2002, pp. 237-280.